



PODER EXECUTIVO

Município de Boa Esperança - Estado do Espírito Santo

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Av. Senador Eurico Rezende, nº 780 | Centro | Boa Esperança/ES | CEP 29.845-000

Telefone: (27) 3768 6534 | E-mail: procuradoria@boaesperanca.es.gov.br | www.boaesperanca.es.gov.br

LEI Nº 1.768/2022

Dispõe sobre a instituição do Programa Vale Feira.

A **Prefeita Municipal de Boa Esperança**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 75, incisos I e V da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Vale Feira aos servidores efetivos, comissionados, contratados, celetistas e conselheiros tutelares do Município de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo e suas Autarquias.

I – o vale feira terá caráter indenizatório com o objetivo de subsidiar as despesas de alimentação;

II – o vale feira será concedido por dia efetivamente trabalhado, como forma de serviços prestados ao Município de Boa Esperança/ES, conforme apurado por atestado de frequência, aos ocupantes de cargos ou funções públicas na condição de ativos;

III – serão considerados como dias trabalhados os sábados, domingos e feriados.

§1º Aqueles que exercerem suas atividades sob o regime de escalas, receberão o benefício integralmente nos termos desta Lei.

§ 2º Somente será concedido o vale feira quando a contratação for igual ou superior a 30 (trinta) dias.

§ 3º O vale feira será devido no mês subsequente ao da efetiva prestação de serviços.

§ 4º Na hipótese de acúmulo legal de cargos, o servidor fará jus à percepção de 01 (um) vale feira, independentemente da carga horária exercida.

§ 5º Não fará jus à percepção do vale feira de que se trata esta Lei, o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito Municipal.

Art. 2º O valor do vale feira será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), na razão de 01 (um) mês efetivamente trabalhado.

Parágrafo único. O valor do vale feira será atualizado por ato do Poder Executivo de acordo com o índice inflacionário oficial calculado pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE) e na falta deste, por outro índice que venha a substituí-lo ou por índice correlato, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores.

Art. 3º O benefício de que trata esta lei não integrará a remuneração, proventos ou pensão dos servidores efetivos, comissionados, contratados, celetistas e conselheiros tutelares, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciária.

Parágrafo único. O vale feira também não será caracterizado como salário-utilidade ou prestação de salário in natura.



PODER EXECUTIVO

Município de Boa Esperança - Estado do Espírito Santo

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Av. Senador Eurico Rezende, nº 780 | Centro | Boa Esperança/ES | CEP 29.845-000

Telefone: (27) 3768 6534 | E-mail: procuradoria@boaesperanca.es.gov.br | www.boaesperanca.es.gov.br

Art. 4º O pagamento do Vale Feira será suspenso na ocorrência das seguintes situações:

- I – licenças sem vencimentos;
- II - afastamento temporário em decorrência de ordem judicial ou processo administrativo disciplinar;
- III - penalidade disciplinar de suspensão;
- IV - reclusão;
- V - licença para atividade política;
- VI - auxílio-doença, para os servidores filiados ao Regime Geral de Previdência Social;
- VII - cessão ou permuta sem vencimentos, exceto para os servidores cedidos para autarquia municipal.

Art. 5º O servidor que ausentar-se de sua função laboral por falta injustificada perderá o direito do vale feira, a seguinte proporção:

- I - falta de um (01) dia no mês, desconto de 50%;
- II - falta acima de um (01) dia ao mês, desconto de 100%.

Art. 6º Compete ao responsável pela Gestão de Recursos Humanos acompanhar os apontamentos de licenças, afastamentos e faltas, de acordo com o período da planilha de frequência informando até o último dia útil do mês o número de servidores que fazem jus ao vale feira.

§ 1º Ocorrendo pagamentos indevidos, o servidor deverá ser comunicado e os mesmos serão restituídos no mês subsequente, de uma vez, com o desconto no vale feira.

§ 2º O pagamento indevido do vale feira caracteriza falta grave, sujeitando o servidor responsável pelo apontamento da frequência e/ou a autoridade competente às penalidades previstas em Lei, cabendo ao beneficiário as mesmas sanções e a devolução dos valores recebidos, desde que comprovada a má-fé.

Art. 7º Somente será permitido o uso do benefício em feira livre de produtores rurais de Boa Esperança - ES que serão credenciados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural onde deverão seguir regulamentação própria após a aprovação desta Lei.

§ 1º Poderão participar do Programa:

- I - produtores rurais da agricultura familiar;
- II - pessoas jurídicas devidamente registradas como Microempreendedor Individual – MEI;
- III - agroindústrias de pequeno porte;
- IV – entre outros, determinados em Decreto Municipal.

§ 2º Os participantes do Programa Vale Feira deverão estar regulares, cadastrados e com autorização de funcionamento nas feiras livres de Boa Esperança-ES, cujos objetivos sejam a exploração, exclusivamente no varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, pescados, produtos derivados do leite, industrialização caseira, flores, sementes, mudas de plantas e artesanato, conforme preceitua a Lei nº 1.666, de 30 de novembro de 2018 (regulamenta o Hortomercado).

Art. 8º O Poder Executivo criará meios efetivos para o pagamento do vale feira visando atender esta Lei.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal regulamentará, por meio de decreto, a presente lei no prazo de até 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.



PODER EXECUTIVO

Município de Boa Esperança - Estado do Espírito Santo

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Av. Senador Eurico Rezende, nº 780 | Centro | Boa Esperança/ES | CEP 29.845-000

Telefone: (27) 3768 6534 | E-mail: procuradoria@boaesperanca.es.gov.br | www.boaesperanca.es.gov.br

Art. 10. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária de cada Secretaria Municipal e Autarquia a que pertença o servidor ou nela esteja lotado.

Art. 11. Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente a sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Boa Esperança – ES, 13 de setembro de 2022.

FERNANDA SIQUEIRA SUSSAI MILANESE

Prefeita Municipal

1. The first part of the paper discusses the importance of the study of the history of the United States. It is argued that a knowledge of the past is essential for a full understanding of the present and for the development of a sound perspective on the future. The author points out that the study of history is not merely a collection of facts and dates, but a process of critical thinking and analysis. It is through the study of history that we can learn from the mistakes of the past and avoid them in the future.

2. The second part of the paper discusses the role of the individual in the history of the United States. It is argued that the actions of individuals have shaped the course of the nation's history. The author points out that the study of history is not merely a study of the past, but a study of the present. It is through the study of history that we can learn about the values and beliefs of the people who have shaped the nation. The author also points out that the study of history is not merely a study of the past, but a study of the future. It is through the study of history that we can learn about the challenges that the nation will face in the future.

3. The third part of the paper discusses the role of the government in the history of the United States. It is argued that the actions of the government have shaped the course of the nation's history. The author points out that the study of history is not merely a study of the past, but a study of the present. It is through the study of history that we can learn about the values and beliefs of the people who have shaped the nation. The author also points out that the study of history is not merely a study of the past, but a study of the future. It is through the study of history that we can learn about the challenges that the nation will face in the future.

4. The fourth part of the paper discusses the role of the people in the history of the United States. It is argued that the actions of the people have shaped the course of the nation's history. The author points out that the study of history is not merely a study of the past, but a study of the present. It is through the study of history that we can learn about the values and beliefs of the people who have shaped the nation. The author also points out that the study of history is not merely a study of the past, but a study of the future. It is through the study of history that we can learn about the challenges that the nation will face in the future.